

Histórias possíveis ou possibilidades da História: derivando Koselleck, Skinner e Tilly para uma análise do pensamento político no Brasil do início do século XX

Fagner dos Santos*

RESUMO: : Este trabalho visa discutir algumas possibilidades teórico-metodológicas a fim de tentar propor regras gerais de análise de textos e discursos políticos para o período da República Velha. Para tanto, busco relacionar os conhecimentos de Reinhart Koselleck com sua *Begriffsgeschichte*; Quentin Skinner e as relações entre intenção primária e contexto de criação; e Charles Tilly, com a noção de repertório em uma busca por ferramentas teóricas para recompor o ambiente onde estas foram concebidas, tanto intelectualmente quanto politicamente.

Palavras-chave: Brasil República; Código Civil; História política.

ABSTRACT: This paper is an effort to debate some theoretic possibilities to propose some political textual and discourse analysis to the Brazilian first republican period. Therefore, I try to relate the knowledge by Reinhart Koselleck, with his *Begriffsgeschichte*, Quentin Skinner and the relations between primary intentions and context; and Charles Tilly, with the Repertoire notion, to propose a toolkit of history theory to recreate the environment where these ideas was conceived, so much intellectually as politically.

Keywords: Brazil Republic; Civil Code; Political history.

Já vai algum tempo que História Política parou de ser um xingamento dentro da academia e, revisitada, voltou a manifestar sua importância nos estudos da história do Brasil. Mais do que apenas ressuscitar a “história dos grandes homens” e inspirados por trabalhos como o de René Rémond (2003)¹, os novos “historiadores políticos” brasileiros estão se preocupando em ampliar a sua própria noção do que é político. “Como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objetivo geri-las?” (RÉMOND, 2003, p.24). Esse conhecimento, renovado pelas críticas, teve, para Rémond, a pluridisciplinaridade como pilar. O resultado foi que o objeto de estudo acabou deslocado: ao invés de grandes personagens, a participação política (ou abstenção), grupos de pressão, partidos políticos.

A “ferramenta política” para os *players*², por excelência, é o discurso – principalmente quando estamos tratando de períodos democráticos. No Brasil, embora alguns advoguem o contrário, considero que a democracia eleitoral começou a dar seus primeiros passos depois da proclamação da República³. As façanhas dos bons oradores diante grandes assembleias, as performances que chegam a apagar o passado dos políticos dotados de qualidades retóricas, marcaram os comentários dos analistas da época, num ambiente onde os textos escritos tinham seu poder de fogo diminuído se atacados até mesmo quanto a sua forma. Para ilustrar esta afirmação, recorro a um episódio, ocorrido na virada para o século XX, durante o as discussões na Câmara dos Deputados sobre a aprovação do primeiro Código Civil do Brasil. Coelho Rodrigues, relator de um projeto de código rejeitado por esta casa legislativa, faz uma crítica ao

projeto por eles aceito para discussão, de autoria de Clóvis Beviláqua, posicionando-se sobre a contenda entre este último e Rui Barbosa. Nesta ocasião, o senador, proprietário do jornal *A Imprensa*, utilizou o veículo para fazer críticas a Beviláqua. Segundo Rodrigues, existia uma discrepância entre os dois “porque (...) [Beviláqua] tem um estylo rebuscado ou arrevezado e notável pelos archaismos e neologismos”. Beviláqua teria procurado Coelho Rodrigues para pedir auxílio para responder as críticas de Rui Barbosa – o que foi negado, pois, como afirma,

A critica d’*A Imprensa* não podia ser respondida de outro modo por quem, como eu [Coelho Rodrigues], havia notado, na melhor das obras do Sr. Dr Clovis, (...), expressões como estas: (...) Italiotas; (...) pojar; morbose; remaridar-se; (...) teleologia (entenda-se fim) do dote; (...) etc. (BRASIL, 1902, p.246-247)⁴.

O referido projeto deveria ser, a princípio, uma obra jurídica, e, neste momento, deveria estar sendo discutida neste âmbito por três advogados – o que parece ser desmentido em parte pela própria citação acima exposta. Em princípio temos diversos outros problemas acessórios a esta discussão. Por exemplo, Rodrigues e Barbosa foram senadores, enquanto Beviláqua não – o que daria certo desconhecimento de causa ao novato na lida legislativa. Os dois primeiros são mais velhos do que o último. Ao mesmo tempo, Rodrigues e Beviláqua cursaram a mesma faculdade, formando-se em Recife, enquanto o baiano estudou em São Paulo – ou seja, potencialmente, existe uma diferenciação teórica entre eles. Assim, o que será que está, verdadeiramente, em jogo nestas críticas? Este trabalho visa discutir algumas possibilidades teórico-metodológicas a fim de tentar propor regras gerais de análise deste tipo de fonte para a historiografia da República Velha. A busca reside em estudar metodologias que busquem descobrir o que se pode retirar destes documentos para tentar recompor o ambiente onde estes foram concebidos, tanto intelectualmente quanto politicamente. Para tanto gostaria de introduzir três autores e suas respectivas ferramentas de análise: Reinhart Koselleck com sua *Begriffsgeschichte*; Quentin Skinner e as relações entre intenção primária e contexto de criação; e Charles Tilly, com a noção de repertório⁵.

Reinhart Koselleck e a História dos Conceitos

A primeira reação de quem já é familiarizado com a *Begriffsgeschichte* (História dos Conceitos) é se perguntar de onde o autor tirou uma ideia dessas. Afinal, a história dos conceitos é considerada um trabalho hercúleo de seguir os sentidos de uma palavra por um longo período de tempo. Porém, há acessórios montados no “entorno” dessa teoria que podem ser muito úteis ao estudo da Primeira República e períodos análogos. Aliás, Koselleck é muito feliz em, ao formular as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa, prover os historiadores do contemporâneo de duas ótimas bases de análise retroativa do pensamento humano para todo período da virada do século XIX para o XX. Afinal é onde mais claramente vemos expressas as perspectivas de futuro na série de tentativas de normatização legal utilizada na construção jurídica dos Estados Nacionais.

Voltando ao exemplo das discussões do código civil, esta relação en-

tre passado-futuro parece bastante clara e difundida na sociedade. Em uma passagem da introdução do projeto assinada por Clóvis Beviláqua, tem-se:

Mas, por isso mesmo que o direito evolue, o legislador tem necessidade de harmonizar os dois princípios divergentes (o que se amarra ao passado e o que propende para o futuro), para accomodar a lei ás novas formas de relações e para assumir discretamente a attitude de educador de sua nação, guiando cautelosamente a evolução que se accusa no horisonte (BEVILAQUA, 1902, p.4).

Beviláqua é, como outros tantos formados em direito no final do século XIX, um admirador do positivismo. Isso é outro aspecto que demonstra a importância da imagem de um futuro e da história como balizadora dos fios condutores a esse destino – o que torna interessante a discussão.

Metodologicamente, a necessidade do uso da história dos conceitos pode ser embasada por uma característica importante da modernidade: segundo Koselleck, fica impossível tratar a história cientificamente sem que se tenha ideia das categorias pelas quais ela se expressa. Ao voltar para o passado com uma pergunta do presente, o pesquisador encontra vestígios. Quando os investiga, ou seja, ao torná-los objeto da sua ciência (uma fonte histórica) o historiador faz uma entre duas coisas: (1) analisa fatos já anteriormente articulados como linguagem ou então, (2) com hipóteses e métodos, reconstrói e articula esses fatos. Para a primeira opção, o historiador pode fazer uso de conceitos, que providenciam o acesso heurístico a esse passado transformado em discurso. Já na segunda, o historiador se utiliza de categorias científicas para tentar orientar e ordenar a sua narrativa. Assim, temos a sugestão de duas vertentes para se estudar a história, ambas com implicações específicas.

Procurando explicar mais claramente, categoria é qualquer expressão que não revela nada sobre algo, mas possibilita que se possa questionar e expor a coisa sobre o que se fala. Assim, experiência, por exemplo, é uma palavra que não transmite nenhuma realidade histórica, ou seja, não permite que se deduza aquilo de que se teve uma experiência. Ao mesmo tempo, é uma categoria formal por permitir que se questione sobre o passado, já que se trata de uma relação com um fato (geral, não específico) já ocorrido. Categorias são ou foram também conceitos que se generalizaram – ou seja, perderam a “passionalidade” intrínseca ao seu sentido.

Na busca de encontrar categorias científicas que possam explicar o passado, Koselleck propõe duas, complementares entre si: espaço de experiência e horizonte de expectativa. Ao justificar a escolha, ele explica sua utilização decompondo-as em seus termos. Em primeiro lugar, coloca que experiência e expectativa se esvaziaram tanto de sentido que são, praticamente, tão “historicamente passionais” quanto espaço e tempo, tornando-se, assim, um pilar de sustentação bastante seguro para a tarefa da generalização, ou seja, podendo ser considerados categorias meta-históricas. Mais do que isso: “nossas duas categorias indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada” (KOSELLECK, 2006, p.308). Em outras palavras, manifestam a relação que temos com o tempo, ideia muito similar ao *Sentido Histórico*, como definido por Jörn Rüsen.

A experiência é, portanto, o passado sempre atual, de onde os acontecimentos podem ser lembrados, onde se fundem a elaboração racional com a inconsciente (adicionadas a experiência alheia, que é a História). Expectativa é o futuro do presente, o lugar onde a passionalidade (a insegurança, o medo) e a racionalidade (o planejamento) se fundem. A diferença fundamental entre elas reside na sua temporalidade: a primeira está sempre completa, enquanto a segunda se refaz a cada presente. Pela alegoria, quase geográfica, se justifica a escolha dos outros dois termos: espaço e horizonte. O primeiro significa o conhecido e o segundo, o que está por vir; o limite entre o que se vê (a experiência) e o que está além da vista (a expectativa). Daí, temos:

É a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico. (...) A verossimilhança de um futuro previsto decorre, em primeiro lugar, dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não (...) o diagnóstico, no qual estão contidos os dados de experiência (...) As experiências liberam os prognósticos e os orientam (KOSELLECK, 2006, p. 313).

O que implica em uma constatação: expectativas geram impacto na experiência (resignificação do passado), mas não sofrem o seu impacto (só surpreende aquilo que não é esperado, ou seja, não foi experimentado); ao mesmo tempo, romper o horizonte de expectativa cria uma nova experiência, ampliando o “espaço” do que se conhece.

Koselleck crê que um conhecimento do tempo construído em função dessas categorias históricas “só pode pretender e delinear histórias possíveis, não as histórias mesmas” (KOSELLECK, 2006, p.306) – ou seja, é uma história mais “ensaística”, que se inscreve no campo de um passado possível. Isso é bastante diferente do que o autor alemão vai definir como História dos Conceitos. Para seguir a explicação do próprio autor, em primeiro lugar, precisa-se diferenciar palavra de conceito: ambos remetem a um sentido, o que, por sua vez, indicam um conteúdo, mas apenas o último “para (...) sua formulação [exige] um certo nível de teorização (...) cujo entendimento é também reflexivo” (KOSELLECK, 1992, p.135).

A *Begriffsgeschichte* estuda a variação do uso dos conceitos ao longo do tempo. Pode, também, indicar a partir de quando um conceito torna-se fruto de uma teorização e quanto tempo levou para que isso acontecesse. Assim,

A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultados de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio de um trabalho com as fontes (KOSELLECK, 1992, p.136).

O conceito articula-se a um contexto sobre o qual também pode atuar, “o que significa dizer que todo o conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos” (KOSELLECK, 1992, p.137). Esta inferência permite concluir que, metodologicamente, o processo de análise do texto e contexto pode ser considerado muito similar ao da micro-história, ou seja, a comparação em uma escala menor (os textos comparáveis entre si) e a comprovação/teste da hipótese lá concebida no contexto maior (o conjunto da

língua), admitindo também, que se percorra o caminho contrário. Isso propicia buscar, no nascimento dos conceitos, a visualização do momento da sociedade. A aceitação dessa sentença é resultado direto de outra característica do conceito (a meu ver, axiomática): ele possui, da mesma forma que a língua quando considerada a partir de seu uso pragmático, dois componentes. Um é o sincrônico (relativo a uma situação histórica específica) e outro diacrônico (relativo a um sentido contextual de continuidade muito maior e temporalidades diversas), que é a sua semântica (KOSELLECK, 1992, p.141). Para perceber essas características, exige-se uma seleção das fontes e uma estruturação de uma temporalidade textual que permita, através de comparações, verificar “quando estruturas repetitivas poderiam indicar forças diacrônicas e quando (...) um uso único da língua não deixaria pensar numa semântica que se repetiria” (KOSELLECK, 1992, p.143). E, finalmente, até mesmo a realidade é adequada ao conjunto semântico existente – ou seja, só conseguimos interpretar um fato novo e externá-lo usando conceitos que temos nas nossas cabeças “como um *a priori*” (KOSELLECK, 1992, p.146).

É neste último item que está o ponto onde mais claramente pode-se compreender a diferença que salientei anteriormente entre o que denominei opção 1 e 2. A busca de uma história onde se procura identificar o passado pelos conceitos utilizados na sua definição pelos que já transformaram os fatos em língua não permite a liberdade do historiador de, pelo menos, almejar uma “história total”. Isso por que o que estaríamos investigando as impressões, expressas de maneira intencional ou não, daqueles que realizaram previamente esta organização. Ou seja, ao realizar um trabalho de História dos Conceitos, estamos reconstruindo o como a sociedade via a si mesma descrito em função do seu passado (o conjunto semântico já existente) em um momento imobilizado no tempo, com, por exemplo, os espaços de experiência constituídos para dada época (opção 1). Já quando buscamos determinar categorias históricas no presente (opção 2) estamos, basicamente, criando “filtros de busca” – uma teoria – desse passado e procurando encaixar a sociedade nestas estruturas, significando os vestígios em função desses filtros. É aí que reside a afirmação de Koselleck de que só podemos falar de uma “história possível”, pois estamos tratando de incluir os horizontes de expectativa na análise: o que poderia fazer com que determinada visão de mundo fosse alterada e, por isso, definida de outra forma? Ou seja, não discutimos como a realidade foi “encaixada” na semântica, mas sim como a semântica é adaptada quando se superam esses limites.

É esse, pois, o ponto mais interessante. Para discutir o período da Primeira República parece aconselhável proceder a uma pesquisa que valorize menos os conceitos envolvidos na discussão e sua temporalidade (como Estado, Civil, Direitos, etc) e mais na relação entre esses discursos pelo espectro dessas categorias apresentadas pelo autor alemão. Com isso, a preocupação passa a ser maior com as hipóteses que justificam ou explicam a utilização de um conceito com outro significado ou mesmo a manutenção de sua forma tradicional (semântica) ao invés da sua determinação.

Quentin Skinner e a intenção primária

Uma das vantagens de se estudar o século XIX e XX é a quantidade de informações dis-

poníveis como fonte primária. Principalmente se levarmos em consideração as opiniões escritas em editoriais de jornais, revistas especializadas (como as do IHGB), discursos transcritos de eventos e outros. Principalmente as fontes oficiais, como os Anais do Congresso, onde se dão diversas discussões importantes sobre a política nacional, seja pelas opiniões contidas nas manifestações quanto os autores citados durante os debates. E a quantidade de “recados” enviados também é grande. Por exemplo, as obras de Rui Barbosa primam por indiretas a seus opositores – algumas suficientemente claras, outras, veladas. Como saber se o que consideramos críticas hoje foram colocadas lá pelo autor propositalmente? Há como se aproximar dessa percepção? Sobre isso, creio que algumas colocações sobre a *Intenção Primária* podem lançar uma luz interessante.

A intenção primária de Skinner é um estado final de um estudo maior que se preocupa com as questões levantadas sobre o estudo dos motivos e intenções dos atores ao performarem as ações – no caso, escrever um texto, realizar um discurso. Para chegar até esse elemento, o autor se questiona, primeiramente, sobre a interpretação dos textos – onde, particularmente, se torna útil nas discussões que introduzi acima. Basicamente, as perguntas principais do autor são: o que é interpretação? Por que esse processo é necessário?

A resposta à primeira pergunta é bastante simples: “pode ser definida como o negócio de ‘pegar o recado’ de um texto, e decodificar e tornar explícito seu significado⁶” (SKINNER, 1972, p.394). Assim, se interpretar é buscar o sentido de um texto, é importante questionar-se sobre o que é, a final, esse sentido. Segundo Skinner, existem três interpretações correntes para *sentido*: a representação do que as palavras, em seu conjunto ou especificamente, significam no texto (que ele vai tratar como significante 1 [*meaning 1*]); o que este trabalho significa para mim como leitor ou crítico (significante 2 [*meaning 2*]); o que o escritor quis dizer pelo que escreveu neste trabalho (significante 3 [*meaning 3*]). Destes, o chamado “*significante 2*” não seria interessante, visto que não tem aplicação nem sociologicamente, nem historicamente. Ainda segundo o autor, o “*significante 1*”, por sua vez, é importante, pois “uma compreensão da intenção do escritor quando escreve quase nunca parece ser relevante no sentido do ‘significado’ do que ele escreve⁷” (SKINNER, 1972, p.397). Isso para confirmar o truísmo que questionamentos sobre o que as palavras e as frases usadas significam não pode ser equivalentes a questões sobre as intenções do autor ao usá-las. Finalmente, o “*significante 3*” parece ser o ponto mais próximo possível entre a intenção do autor em escrever e a o sentido daquilo que ele escreve. Isso porque, para Skinner, isso é equivalente a compreender a natureza do leque dos atos ilocucionários que o autor pode estar atuando quando escreve deste modo particular. “Isso é equivalente a ser hábil, ou seja, dizer que ele deve significar o trabalho como um ataque ou uma defesa, uma crítica ou uma contribuição, alguma atitude particular ou linha de argumento, e assim sucessivamente⁸” (SKINNER, 1972, p.403-404).

A busca pelo significado caracterizada aqui por Skinner se insere em uma discussão maior, de raiz filosófica: a dos naturalistas, que acreditam em uma explicação causal para as ciências humanas, *versus* os anti-naturalistas, que acreditam que “uma ação social pode ser dita como tendo sentido para o agente ao performá-la⁹” (SKINNER, 2002, p.128). Segundo o autor, esses

podem ser distribuídos em três grupos: os seguidores de Dilthey – que salientam a importância do *Verstehen*¹⁰ – colocam as ciências humanas com um mundo que tem significado para os atores envolvidos. Os fenomenologistas, que reforçam que o principal das ciências humanas deve ser ganho dentro do significado que os atos sociais têm para aquele que age. Finalmente, os seguidores de Wittgenstein argumentam que as formas de atividade estudadas pelas ciências sociais serão caracteristicamente aquelas que cada um de nós pode dizer que tem um significado.

Os anti-naturalistas traçam uma conexão lógica entre o sentido de uma ação social e os motivos do agente para agir. Eles vêm a reconstrução dos motivos dos agentes como um problema de colocar a sua ação dentro de um contexto de regras sociais em detrimento das supostas “causas”. O que resulta em duas teses: (tese a) decifrar o sentido de uma ação é equivalente a dar uma explicação-motivo para a sua realização; (tese b) os sentidos e motivos de uma ação proverão um tipo de explicação incompatível com uma explicação causal da mesma ação. Já os naturalistas, chegaram a duas teses completamente diferentes dos primeiros. Em primeiro lugar, partem da premissa que decodificar o sentido de uma ação social apenas dá outra maneira de descrevê-lo. Já que redescrições não podem ser explicativas, deve ser um erro supor que contextualizar uma ação social, ou decodificar seu sentido social, pode ser uma explicação da ação (tese c). A outra tese (tese d) salienta que não se pode dizer que as ações sociais têm um sentido ou consistência em seguir regras, o que garante que estes episódios não podem ser inteiramente explicáveis pelos processos ordinários da explicação causal (SKINNER, 2002, p.129-131).

Skinner, não satisfeito com esses quatro posicionamentos, acredita que existe outra maneira de pensar as relações entre a ação, os motivos e as intenções: a busca da intenção primária. Embasado na noção de força ilocucionária de Austin – ou seja, aquilo que se quer dizer como ato ao dizer algo (como uma entonação de voz utilizada para uma advertência, por exemplo) - o autor sugere duas coisas, no caso das ações linguísticas. Em primeiro lugar, decodificar o significado de uma ação parece equivalente a compreender a natureza do ato ilocucionário performado por aquele que enuncia. Em segundo, questionar sobre um sentido não natural do significado, ou seja, não pertencente diretamente aos termos utilizados na sentença, parece equivalente a questionar sobre a intenção primária do agente quando performando sua ação. Isso sem deixar de lado que a sentença tem uma série de outras intenções quando proferida. Embora achando que isso pudesse ser posto em dúvida, Skinner se permite supor que isto pode ser ampliado para casos não linguísticos (SKINNER, 2002, p.133-134).

Tendo isso em vista, Skinner passa a fazer uma crítica de cada uma das teses apresentadas anteriormente. A respeito da tese A, o autor acredita que o que temos que resgatar do passado são as intenções e não os motivos para entendermos o sentido das ações sociais, pois ambos não são intercambiáveis (isso é central, e é a principal diferença de abordagem entre ele e os filósofos que cita). Isso leva a um estágio importante do processo de explicação:

Aquele onde pode ser apropriado, antes de perguntar sobre o motivo de alguém, ou alguma causa profunda do seu comportamento, perguntar se a performance da sua ação em si mesma carrega algum elemento convencional de

um sentido (não natural) ou força (ilocucionária) (SKINNER, 2002, p.138)¹¹.

No que tange à tese B, para Skinner, a análise não precisa parar no estágio citado anteriormente. Um estágio superior pode prover uma explicação em função de motivos; um ainda mais distante pode considerar as bases para o agente possuir justamente estes motivos e não outros. Para o autor, cumprir esses passos leva a uma busca de uma explicação mais completa. Chegando ao segundo estágio, é indubitável que teremos explicações causais para a performance da ação considerada (SKINNER, 2002, p.139).

Sobre a tese C, o autor concorda que a redescrição não serve para explicar. Mas informar sobre a intenção primária reduz a confusão sobre uma sentença – o que significa, em última análise, prover uma explicação¹². Do mesmo modo, suprir esta forma redescritiva de explicação (teste D) é dar algo mais do que uma explicação causal. Assim, busca responder o que significa a ação de proferir uma sentença em uma determinada circunstância, o que é garantido decodificando as convenções que governam a força ilocucionária atrelada à pragmática¹³ (SKINNER, 2002, p.137).

As implicações deste modelo também trazem desdobramentos quando o autor busca respostas ao seu segundo questionamento, ou seja, o motivo pelo qual existe a necessidade de interpretação de um trabalho. Esta pergunta normalmente acaba recebendo respostas de dois tipos:

Uma contempla a interação entre o texto e o leitor, vendo a necessidade interpretação em termos fenomenológicos (...) o outro (...) sustenta que qualquer trabalho literário de qualquer interesse vai ser virtualmente por definição um objeto de considerável complexidade intrínseca, caracteristicamente empregando artifícios como ironia, alusão e um espectro completo de efeitos simbólicos e alegóricos¹⁴ (SKINNER, 1972, p.394).

A primeira explicação diz, portanto, que é um trabalho fundamental para fazer a literatura ser mais acessível ao leitor. A segunda, que procurar os sentidos do texto abaixo da sua superfície é fundamental para obter um conhecimento completo do texto. Skinner aponta que, tradicionalmente, os críticos literários têm duas “regras gerais” que podem ser usadas para satisfazer essas duas intenções. Uma é um truísmo: uma boa prática crítica depende, acima de tudo, de uma leitura cuidadosa e sensível do texto. A outra é a de que o crítico tem que se concentrar apenas no texto para interpretá-lo, sem se preocupar com dados biográficos, intenções e motivos do escritor (SKINNER, 1972, p.394-395). O autor vai tentar, a partir deste ponto, desconstruir os dois argumentos, começando pelo segundo.

Nas defesas a essa regra, Skinner localiza dois tipos de argumentos centrais. O primeiro diz respeito à pureza no processo da crítica, o que leva o crítico a não poluir sua análise com dados biográficos do autor (argumento A). O segundo é muito mais complexo e se subdivide em dois. O primeiro deles diz que o crítico não pode levar em conta os motivos e intenções porque eles estão fora do texto e não tomam parte na sua estrutura (argumento B1). Para o autor, existe uma confusão no argumento, pois este precisa ser desconstituído em três partes para que isso possa fazer sentido: motivos e intenções são impossíveis de recuperar; se, ao contrário, fosse possível recuperá-los, a sua descoberta poderia dar margem

a juízos de valor indesejáveis sobre a obra do autor; além disso, considerando novamente que fosse possível, não seria relevante para descobrir o significado do texto. O próximo argumento (B2), incompatível com o anterior, é que os motivos e intenções estão dentro do texto, não necessitando, por isso, análise separada (SKINNER, 1972, p.397-399).

Skinner é bastante incisivo na desconstrução de cada um desses argumentos. Sobre o argumento A, o autor lembra que

Conhecer os motivos e intenções do autor é conhecer a relação que ele sustenta com o que foi escrito. Conhecer as intenções é conhecer que fatos sobre os quais o escritor estava brincando ou sério, ou irônico, ou em geral que atos de fala ele estava performando. Conhecer os motivos é conhecer o que disparou esses atos de fala específicos, independentemente do seu caráter e status de verdade como discursos¹⁵ (SKINNER, 1972, p.400).

O autor segue a desconstrução do próximo argumento (B1) em suas três “dimensões”: Skinner pensa que é falso acreditar que os motivos e intenções não podem ser recuperados. Também crê ser um erro supor que saber da vida do autor vai mudar algum critério para se creditar mérito ou sucesso ao seu trabalho. Esses dois erros, para o inglês, são óbvios e não precisam de maiores esclarecimentos. Agora, a terceira parte da afirmação carrega alguma correção. Para o autor, motivos até podem estar fora do texto, pois se situam em condições que antecedem o próprio texto. Mas a intenção, não, pois deve estar fortemente ligada ao próprio projeto do trabalho ou a finalidade a qual este trabalho se destina (SKINNER, 1992, p.400-402).

Finalmente, o autor se concentra no argumento batizado como B2. Este consegue ser mais sólido, obviamente, pois pode ser verdadeiro para os casos tanto dos motivos quanto das intenções. Para o autor, ao abordar essa possibilidade, devemos levar em conta duas questões paralelas: por um lado, perguntar-se sobre as intenções *perlocucionárias* personificadas no trabalho (escrever para fazer o leitor sentir algo) ou, de outro, questionar sobre as intenções *ilocucionárias* do autor como meios de caracterizar seu trabalho. Skinner admite que, na primeira questão, não existem meios de separar uma coisa da outra – o que não é, porém, verdadeiro para a segunda (SKINNER, 1972, p.402-403).

Na prática, o autor sugere que, para recuperar a intenção colocada em um texto, devemos ter em mente duas regras. Uma delas é manter o foco no mundo mental do autor, no mundo de suas crenças empíricas (SKINNER, 1972, p.407). A outra, mais importante, é

Focar não apenas no texto a ser interpretados, mas nas convenções que prevalecem governando o tratamento dos assuntos e temas com os quais este texto se refere (...) o que segue em seu turno a entender o que algum escritor dado tem feito usando algum conceito ou argumento particular, nós precisamos antes de tudo alcançar a natureza e o espectro de coisas que pode reconhecivelmente ter sido feito pelo uso de um conceito particular, no tratamento de um tema particular, em um tempo particular¹⁶ (SKINNER, 1972, p.406).

Da mesma forma, Skinner faz três recomendações metodológicas para os pesquisadores

que optarem por aceitar o seu modelo teórico: 1- levantar questões sobre as crenças rituais para explicar essas ações; 2- depois disso, se debruçar sobre a sua racionalidade, pois atos racionais e irracionais geram ações diferentes (considerando que este é um conceito relativo); 3- pensar holisticamente, focando não na ação individual a ser explicada, mas sim nas convenções que circundam a performance dessas ações num contexto social relevante, ou seja, vendo o que seria esperado por uma cultura específica. “Nós necessitamos começar não tentando recuperar os motivos dos agentes estudando o contexto de regras sociais, mas preferivelmente tentando decodificar suas intenções situando suas ações nessa estrutura maior de valores e práticas¹⁷” (SKINNER, 2002, p.140-142).

Um exemplo claro da aplicação disso é a concorrência entre autores e casas editoriais na busca da melhor interpretação do Brasil, protagonizada pela José Olympio e Civilização Brasileira, entre os anos 1920 e 30¹⁸. Justamente no momento que as bases da República Velha pareciam ruir, uma revolução parecia iminente nada mais oportuno do que a publicidade para várias respostas definitivas sobre os motivos de aquilo estar acontecendo. Muito mais importante que os editoriais em jornais, um livro tem sua vida útil muito maior. Colocar o seu nome como o melhor “leitor” da situação política do momento coroar a carreira de qualquer “cientista” da época.

Porém, para dar corpo a uma afirmação nesse sentido é necessário conhecer as “regras do jogo” onde os “*players*” atuam e o que se espera que eles façam – identificar o que, culturalmente, seria o mais provável de acontecer em determinada posição. Após isso, verificar a coerência que existe entre os atos (a escrita ou o discurso) e a visão de mundo que ele aparenta possuir, buscando classificar os mesmos como racionais ou irracionais.

Charles Tilly e o repertório

Mas se entrarmos na seara da intenção da escrita, como se privar do uso de conceitos como norteadores do pensamento expresso na obra? Voltamos à História dos Conceitos e as dificuldades inerentes dela para a análise? Não creio ser o ponto mais importante para o caso da República Velha. Renato Lessa propõe que o que imperou nesses primeiros anos da República foi o caos geral. Como um conceito explicativo, inspirando-se em Samuel Beckett, o autor sugere o *absurdo*, que

se aplica a um contexto no qual a experiência vivida pelos atores não é representada como experiência comum, e sim marcada pela superposição de inúmeros sentidos, projetos e versões a respeito do que se passa, sem que haja qualquer mecanismo de integração (LESSA, 1988, p.15).

Soma-se a isso a *Política Entrópica*, uma característica das decisões governamentais do período. Essa seria, da mesma forma que para os físicos, o grau de “agitação” do comportamento dos políticos de forma errática, como moléculas em uma substância, sem passar pela pauta de elementos “rotinizadores” desses comportamentos, como minutas partidárias ou causas sociais. Isso culminaria em outro conceito inspirado no dramaturgo irlandês, a *tragédia*:

A ideia de tragédia aparece como apropriada na medida em que os anos entrópicos apresentam a seus protagonistas uma dilatada quantidade de

desafios, impedindo à totalidade dos atores a posse de um mapa cognitivo capaz de erradicar a ignorância sobre o que se passava. (LESSA, 1998, p.15).

Isto implicaria em supor que este contexto apresenta diversas ideias e posicionamentos políticos conflitantes que irrompem junto com o sucesso do movimento republicano, desencadeando fissuras e incompreensões na elite política nacional, além de uma total falta de noção da ordem dos acontecimentos e dos motivos pelos quais a sociedade se organizava daquela forma. Ou seja, os atores “andavam” no período sem um mapa cognitivo da situação.

E se, ao invés disso, simplesmente o que sustentasse a discussão não fosse, necessariamente, o mais importante no momento? Assim como se vê em muitos momentos hoje, não poderia ser prática da época defender ideias conflitantes apenas para “vencer” a discussão? Para observar as discussões por este ponto de vista é interessante o repertório como explicativo para o período. Charles Tilly define o conceito nos seguintes termos:

A palavra repertório identifica um grupo limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e atuadas através de um relativamente deliberado processo de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de filosofia abstrata or ser formada por propaganda política; ela emerge do confronto¹⁹ (TILLY, 1995, p.26).

Segundo o próprio autor, foi ele mesmo quem cunhou o termo em 1977. Este teria sido derivado de sua insatisfação com o que ele chama de “taxonomia crua”: o uso de categorias²⁰ como únicas ferramentas de análise interpretativa. Para ele, estas são válidas quando os fins dos movimentos expressam apenas o conflito entre os lados envolvidos. As categorias de ação podem ser de três tipos: *competitiva*, quando as reivindicações de um grupo são também de outros definidos por estes primeiros como rivais; *reativa*, que ocorre quando um grupo se organiza para reconquistar uma benesse perdida; ou *proativa*, quando as reivindicações não foram gozadas anteriormente. Tilly salienta que, embora tentando se referir a interações, esse modelo não traz nenhuma e, além disso, as três “categorias” podem ser aplicadas a qualquer tipo de reunião pública simultaneamente (TILLY, 1978, p.144-148).

Para especificar o sentido de repertório, ajuda responder a esta questão: em que grau o grupo prefere os sentidos usados antes sobre outros que são teoricamente disponíveis para o mesmo uso?(...) É difícil conhecer duas coisas: (1) que outras formas de resposta no mundo estão realmente “disponíveis” para um grupo, (2) a relativa a própria atividade e eficiência do sentido o grupo realmente usou e os sentidos alternativos que estavam teoricamente disponíveis²¹ (TILLY, 1978, p.153).

A principal ferramenta para se compreender o repertório é a comparação e contextualização histórica. O motivo principal deste posicionamento do autor seria recolocar a história como eixo balizador de análises sociológicas, dando a importância devida aos contextos temporais inerentes a essas análises, evitando os anacronismos comuns aos textos da área. No geral, os usos da história nos trabalhos criticados por Tilly ou dissolve a ação coletiva em

narrativas gerais de contendas políticas e/ou mudanças de consciência de classe; ou uma longa periodização da ordem do político versus o pré-político; ou, finalmente, procede-se com uma análise apenas hermenêutica em contexto. Quando tratamos da mudança do conteúdo dos repertórios, a contextualização é crucial, pois ela pode ser creditada aos processos de imitação ou pela inovação. Na primeira condição, é importante a presença da divulgação dos resultados de outros movimentos. A segunda é uma espécie de mutação de determinado item do repertório, também originada, quase sempre, pela influência de outras situações disponíveis para uma comparação. Essas mudanças são, geralmente, lentas, sendo consideradas óbvias e naturais para as pessoas envolvidas. O processo pelo qual isso se dá passa por cinco elementos básicos: a sedimentação de regras básicas de direito e justiça na vida da população; as suas rotinas diárias; a sua organização interna; a sua experiência anterior de ação coletiva; os arranjos de repressão no mundo ao qual essa população pertence (TILLY, 1978, p.155-157).

Com a introdução desse novo termo, o autor esperava conseguir três coisas:

(1) ajudar a codificar o conhecimento existente dos historiadores políticos e sociais no que tange às formas de ação coletiva popular, (2) generalizar a questão de porquê essas formas mudam e variam; (3) avançar a hipótese de que a história prévia da contenda limita fortemente as escolhas correntemente disponíveis, em independência parcial das identidades e interesses que os participantes trazem para a ação²² (TILLY, 1995, p.27-29).

Os limites do que pode ser aprendido, referidos por Tilly, e os relativamente limitados conjuntos de meios conhecidos, constroem as escolhas disponíveis para a ação coletiva, como se funcionassem como um molde – regras de associação, práticas policiais, modos de protesto, tudo contribui para a edificação de um repertório. Além disso, cabe ressaltar duas características fundamentais do repertório: por se dar no embate, ele só se mantém no relacionamento, ou seja, na sociedade; e esse é um fenômeno particular de coletivo contra coletivo, ou seja, não aplicável aos agentes isolados (TILLY, 1995, p.30).

Isso leva o autor a se debruçar sobre outra questão: o papel da ação em sua teorização. Esta tem seu sentido e efetividade no compartilhamento de compreensões, memórias e acordos. Assim, “ um repertório de ações parece não com uma consciência individual, mas uma linguagem; ainda que indivíduos e grupos saibam e distribuam as ações num repertório, as ações conectam uma série de pessoas e grupos”²³ (TILLY, 1995, p.30). Isso ajuda Tilly a justificar, no seu trabalho, a atitude de desconsiderar formas isoladas de luta e resistência, bem como o papel das organizações em si (sindicatos, partidos, etc) no âmbito das ações coletivas, a não ser quando eles produzem contenda visível na arena pública. Esse posicionamento se deve a três motivos: tornar a análise das ações coletivas utilizável; sua convicção de que a contenção é um assunto importante em si; e, finalmente, na esperança que uma análise criteriosa da contenção coletiva vai também mergulhar na ação individual (TILLY, 1995, p.30-32). Ou seja, como trata com história social, o indivíduo também surge no estudo da relação com outro ou a coletividade.

Depois de analisar a ação, Tilly trabalha com as especificidades dela quando realizada pelo coletivo. A sua emergência é patente a partir da fundação do que conhecemos hoje como

estado moderno e da expansão da economia mundo. Além deles, há um terceiro fator é considerado fundamental no surgimento da ação coletiva: a diminuição nos custos de mobilização (popularização da comunicação, principalmente (TILLY, 1978, p.149)²⁴. Quanto a isso, dois são os pontos mais importantes. Primeiramente, atos coletivos envolvem, geralmente, interação entre pelo menos dois grupos. Pessoas não enfrentam mercados ou políticas (estruturas abstratas), mas sim se unem a pessoas específicas para coisas específicas. Em segundo lugar, os grupos atuam conforme padrões conhecidos, o que implica na ausência de um modo de ação universal ou de uma infinidade de modos de ação (TILLY, 1978, p.143). As afirmações de Tilly, que compõem o que ele chama de “metáfora forte” do repertório, implicam em aceitar que: (a) relações sociais, sentidos e repositórios²⁵ de ações são unidas em um conhecido e recorrente arranjo e (b) muitas ações de contenção possíveis não acontecem nunca por que os participantes potenciais não tem os requisitos mínimos de conhecimento, memória e conexões sociais.

Na prática, ao trabalhar os repertórios na Grã-Bretanha, o autor faz uma grande comparação temporal, enfocando as mudanças e permanências, utilizando a contextualização histórica como ferramenta principal. Na medida em que a sociedade vai mudando e novas instâncias de poder e regulamentação vão surgindo, a vida prática da população faz com que ela conheça a situação e exerça novos níveis de interatividade em relação aos outros agentes coletivos e o estado. Esse é o panorama que Tilly traça no seu recorte geográfico, dando uma análise linearizada das rebeliões do século XVIII às grandes greves do século XIX.

A ideia de um repertório padrão de ações coletivas, se correta, simplifica o estudo de variações na ação coletiva de um local, tempo e população para outro. Simplifica por quebrar o problema em duas partes: como a população em questão vem a ter esse repertório particular, como a população seleciona uma forma particular de ação (ou ação nenhuma) do repertório²⁶ (TILLY, 1978, p.158).

Retomando os estudos sobre a Primeira República

Cada um à sua maneira, estes autores podem contribuir com os estudos dos discursos dos políticos brasileiros na virada para o século XX e na compreensão do que se passa dentro dos locais de disputa política disponíveis no período – como, por exemplo, o Congresso Nacional, grupos de intelectuais como os Institutos²⁷ e as próprias faculdades. Seja pela quantidade de papéis que cada um desses atores desempenhou a cada momento (que não pode ser desconsiderado, por se tratar de um atributo deste indivíduo), seja pela confusão político-social vivenciada, principalmente, durante os primórdios da República Velha, os conceitos aqui apresentados podem apresentar bons indícios de enfrentar os problemas que a análise do período compreende. Por exemplo, como considerar a participação de Rui Barbosa no episódio anteriormente descrito quando o baiano pôde, ao longo da sua vida, desempenhar os papéis de ser governador, senador, ministro de estado, jornalista, jurista, embaixador, intelectual (como sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras), romancista, etc?

A julgar pelo ambiente descrito para o período e a pluralidade de cenários e papéis dis-

ponível politicamente no Brasil, bem como a sua interdependência, facilmente demonstrável, em primeiro lugar, é importante fazer uma opção teórica sobre o que é possível de se estudar no período. Creio ser construtivo buscar observar o período pelo que é provavelmente possível esperar e os projetos de futuro dos atores. Misturar a atuação pública com expectativas privadas, já que é difícil ver dissociação de ambos até 1930. Nesse ponto, os livros de Alberto Torres, que teriam inaugurado o pensamento autoritário no Brasil, só puderam ser escritos à partir da difusão das ideias de Spencer, das teorias raciais, do darwinismo social, etc. Descolar esse projeto de futuro (de certa maneira executado com Vargas) da experiência da época é perder parte do seu significado.

Em um segundo momento, buscar as intenções de cada um dos autores é, como advoga Skinner, não só possível como desejável, em vistas de uma análise mais completa do texto em si. Mesmo que não se possa descobrir todos os motivos envolvidos em determinado posicionamento de um “político” da época, uma boa contextualização, levando em conta os atributos a ele colados e até mesmo a sua trajetória de vida, pode nos levar a intenção primária (ou, em outras palavras, a mais forte) em se performar uma ação em um determinado momento.

Obviamente, isso tem algumas implicações metodológicas, como o autor advertiu. Ao procurar manter o foco no mundo mental e no mundo das crenças empíricas de cada ator é fundamental o maior conhecimento biográfico sobre ele disponível – formação acadêmica, pertencimento a uma instituição intelectual, autores utilizados na defesa de suas teses, relações de parentesco, carreira profissional, e outros. Isso na tentativa de cercar e tentar reconhecer as influências possíveis que justifiquem as suas decisões. Esse cuidado ajuda a suprir a necessidade de se buscar descobrir as crenças (ou, “filosofias de vida”) que movem os atos performados. Aliado a isso, uma forte contextualização da sociedade onde ele se insere e da relação que ele tem com esta mesma sociedade, buscando mapear a quantidade de resultados que ele poderia esperar alcançar escrevendo daquela forma, com aqueles conceitos e tratando aquele tema particular.

Para cotejar outro ponto de vista sobre as escolhas (o como os atos são performados pelos autores) é de grande utilidade o conceito de repertório como exemplificado por Charles Tilly. Isso por que considerando ao menos as decisões políticas tomadas em discussão – ou seja, entre iguais ou não, desde que dadas no embate de ideias – é possível considerar que os argumentos escolhidos não fazem sentido se não dentro dessa contenda. Assim, prováveis “incompreensões” de teorias alienígenas à discussão passam a ser reinterpretados como utilização de uma argumentação que obteve sucesso em outra disputa e foi assimilada, por exemplo, pela via da imitação – a publicização do seu sucesso torna-a possível, ou seja, disponível em um determinado repertório, tomado enquanto repositório. Da mesma forma, demandas populares que começam a aparecer se tornam importantes nos discursos dos parlamentares ao pensar no seu papel nas eleições.

Esse mapeamento possibilita que o pesquisador possa, ao contextualizar a disputa, ver que espécie de termos estão “na moda” e reduzir a sua importância literal em benefício de uma análise mais detalhada daquilo que se apresenta mais efetivo para a elucidação das hipóteses de pesquisa. Isso, de certa forma, ajuda o pesquisador a se concentrar na “intenção mais importante”, como orienta Skinner.

Finalmente, gostaria de salientar que, como explicitado aqui, este é um trabalho extenso. Isso justificaria a adoção de alguns posicionamentos práticos. O primeiro é a escolha de discussões em espaços menores, ou seja, escolher um grupo de trabalho dentro de um Instituto (ou discursos de uma Câmara de Vereadores), por exemplo. Isso diminui o tamanho grupo a ser estudado, bem como a quantidade de informações biográficas a serem cruzadas. As conclusões daí derivadas podem, e outro momento, ser testadas em um universo maior, fazendo com que a pesquisa não se torne inútil por tratar apenas de um caso específico isolado.

O segundo é procurar trabalhar com processos finitos – ou, em outras palavras, processos onde seja possível identificar, através de um consenso, o seu início e fim. O objetivo é evitar que, pelas mudanças da sociedade, se caia no problema do anacronismo. Essa escolha tanto teórica quanto metodológica não faz o menor sentido em uma pesquisa que pretenda estudar a influência das obras políticas de Machado de Assis desde a monarquia até a república, já que qualquer comparação entre o contexto de escrita e a sociedade de um leitor do século XXI são completamente diferentes. É, obviamente, um trabalho possível, mas não através do arranjo aqui esboçado.

Por último, quanto menor for a duração do fenômeno, mais eficiente será o processo de contextualização e mais próximo do ambiente da época se torna o pesquisador. Isso por uma razão um tanto óbvia: a análise das intenções de uma pessoa não pode ultrapassar a duração de sua própria vida. Assim, se determinado objeto de estudo é bastante extenso – como as discussões para a aprovação do Código Civil, que duraram quase cem anos – o pesquisador pode procurar recortes mais curtos, que englobem um determinado número de participantes, sem perder a noção de que este é um processo mais longo e, obviamente, o que já ocorreu influencia as decisões do momento – seja pela presença de atores comuns ao período anterior, seja pela existência de uma semântica mais rígida da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEVILAQUA, Clovis. Observações para esclarecimento do Codogo Civil Brasileiro. In: BRASIL, **Projecto do Codigo Civil Brasileiro**, Trabalhos da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Volume I – Projectos primitivo e revisto. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, pg.4.

BRASIL, **Projecto do Codigo Civil Brasileiro**, Trabalhos da Comissão Especial da Camara dos Deputados, Volume II – Pareceres e emendas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 5a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. In: _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. “História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”. **Estudos**

Históricos 5 (10), 1992.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

NICOLAU, Jairo. **A participação eleitoral no Brasil**. Londres: Universidade de Oxford, 2002.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKINNER, Quentin. “Social meaning” and the explanation of social action. In: _____. **Vison of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SKINNER, Quentin. Motives, Intentions and the Interpretation of texts. **New Literary History**. John Hopkins University Press, Vol.3, No.2, 1972.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain. In: **Repertoires and Cycles of Collective Action**. Durham/Londres: Duke University Press, 1995.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Nova Yorque: Random House, 1978.

Notas

* Mestre pela UFRGS.

¹ 1ª edição brasileira em 1996.

² Termo do jargão político que significa aquele que tem algum poder político no cenário dado.

³ José Murilo de Carvalho (2004) procura argumentar que houve uma diminuição da participação política pela via legal comparando-se o período imperial com os primeiros anos de república. Jairo Nicolau (2002) mostra que o que houve, na verdade, foi o contrário: “(...) quando se compara o número de eleitores de segundo grau, há um crescimento de 614%, passando de 20 mil para 142 mil. Portanto, a partir da Lei Saraiva, milhares de cidadãos perderam o direito de votar, mas quintuplicou o contingente dos que podiam escolher senadores, deputados gerais e provinciais” (p. 21).

⁴ Essa crítica foi respondida por Bevilaqua que repassou, item a item, justificando seu emprego com o uso de dicionários atualizados.

⁵ Para dar conta desta proposição, utilizarei, basicamente, dois artigos de cada autor: “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos” e “Espaço de experiência e horizonte de expectativa” para Koselleck; “From mobilization to revolution” e “Contentious repertoires in Great-Britain”, para Charles Tilly; e “‘Social meaning’ and the explanation of social action” somado a “Motives, intentions and the interpretation of texts” de Skinner. Todas as citações que aparecerem nas notas no original foram traduzidas por mim.

⁶ No original “can be defined as the business of ‘getting at the message’ of a text, and decoding and making explicit its meaning”.

⁷ No original, “an understanding of a writer’s intentions in writing scarcely seems to be relevant to the sense of ‘the meaning’ of what he writes”.

⁸ No original “It is equivalently to be able, that is, to say that he must have meant the work as an attack on or a defense of, as a criticism of or a contribution to, some particular attitude or line or argument, and so on”.

⁹ No original “a social action may be said to have a meaning for the agent performing it”.

¹⁰ Compreender, em alemão.

¹¹ No original: “the one at which it may be appropriate, before asking about someone’s motives, or any deeper causes of their behavior, to ask whether the performance of their action itself bears any conventional element of (non-natural) meaning or (illocutionary) force”.

¹² O autor aqui se refere ao exemplo de uma situação hipotética onde um policial adverte a um esquiador com a sentença “O gelo ali está muito fino”. A força ilocucionária da sentença, neste caso, vem, segundo Skinner, no sentido da advertência. Assim, dizer que o sentido da frase do guarda é advertir o esquiador é uma explicação dos motivos que levaram o guarda a proferir a sentença. (SKINNER, 2002, p.136).

¹³ No original “This is supplied by decoding the conventions governing the illocutionary force attaching to the utterance”.

¹⁴ No original: “One stresses the interaction between the text and the reader, seeing the need for interpretation in phenomenological terms (...). The other (...) stresses that any literary work of any interest will virtually by definition be an object of considerable intrinsic complexity, characteristically employing such devices as irony, allusion and whole range of symbolic and allegorical effects”.

¹⁵ No original: “To know a writer’s motives and intentions is to know the relationship in which he stands to what he has written. To know about intentions is to know such facts as whether the writer was joking or serious or ironic or in general what speech-act he was performing. To know about motives is to know what prompted those particular speech-acts, quite apart from their character and truth-status as utterances”.

¹⁶ No original: “focus not just on the text to be interpreted, but on the prevailing conventions governing the treatment of the issues or themes with which that text is concerned (...) It follows in turn that to understand what any given writer may have been doing in using some particular concept or argument, we need first of all to grasp the nature and range of things that could recognizably have been done by using that particular concept, in the treatment of that particular theme, at that particular time”

¹⁷ No original: “We need to begin not by trying to recover the agent’s motives by studying the context of social rules, but rather by trying to decode their intentions by situating their action within this larger structure of values and practices”

¹⁸ Para mais sobre o tema, ver PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁹ No original: “The word repertoire identifies a limited set of routines that are learned, shared, and acted out through a relatively deliberated process of choice. Repertoires are learned cultural creations, but they do not descend from abstract philosophy or take shape as a result of political propaganda; they emerge from struggle”.

²⁰ Essas categorias não se relacionam com as que se refere Koselleck. Nesse caso, são apenas classificações teoricamente concebidas para englobar e explicar os movimentos sociais. O termo, porém, é utilizado por Tilly sendo, por isso, mantido nesta seção.

²¹ No original: “To specify the meaning of repertoire, it helps to ask this question: to what degree does the group prefer the means it has used before over those which are theoretically available for the same purpose? (...) It is hard to know two things: (1) what other forms of answer in the real world are really “available” to a group, (2) the relative appropriateness and efficiency of the means the group actually uses and the alternative means which are theoretically available”.

²² No original: “(1) to help codify the existing knowledge of social and political historians with respect to the forms of popular collective action, (2) to generalize the question of why such forms change and vary, (3) to forward the hypothesis that the prior history of contention strongly constraints the choices of action currently available, in partial independence of the identities and interests that participants bring to the action”.

²³ No original: “a repertoire of actions resembles not individual consciousness but a language; although individuals and groups know and deploy the actions in a repertoire, the actions connect sets of individuals and groups”.

²⁴ Ideia semelhante é colocada por Benedict Anderson em seu aclamado “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo”. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁵ Utilizo o termo “repositório” como tradução para a palavra “cluster”, utilizada originalmente no texto.

²⁶ No original: “The idea of a standard repertoire of collective actions, if correct, simplifies the study of variations in collective action from one place, time, and population to another. It simplifies by breaking the problem in two parts: how the population in question came to have this particular repertoire, how the population selected a particular form of action (or no action at all) from that repertoire”.

²⁷ Penso aqui, principalmente, no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IOAB) que, como os outros institutos, tinha muitos membros comuns a diversos deles, como, por exemplo, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, primeiro presidente deste instituto e sócio fundador do IHGB.